



## Salazar ou a conquista discursiva do poder

Fernanda Miranda Menéndez (FCSH- Universidade Nova de Lisboa)

RESUMO: A análise discursiva das elocuições públicas de Salazar nos primeiros onze anos do seu consulado evidencia um programa pré-estabelecido na antecipação da recepção da sua vontade e na construção do respectivo auditório. De forma necessariamente abreviada, este trabalho procura mostrar o percurso retórico seguido pelo Ditador como auxílio aos seus desígnios políticos, usando para isso os métodos da Análise do Discurso.

Palavras-chave: Argumentação; Análise de discurso; Retórica.

### Introdução

Este trabalho insere-se na Análise do Discurso, essencialmente na sua corrente francesa de que Dominique Maingueneau é, em dúvida, o nome mais conhecido. Segundo este Autor, a forma como um enunciado se realiza autoriza a construção de uma imagem do enunciador a partir de diferentes indícios discursivos que constroem uma interrelação entre este e os seus destinatários (Maingueneau 2004). Ao aplicar esta ideia aos discursos do poder, temos presente que este «tiene que jugar con los mecanismos de la persuasión» (Tusón 2003:113). O poder, sobretudo o poder ditatorial, baseia a sua propaganda essencialmente em reivindicações heteróforas – atacar o outro, exaltando a excelência própria parece ser uma característica comum a todos os regimes autoritários. Os discursos inflamados dos grandes ditadores baseiam-se nessa oposição antitética entre a grandeza (grandiosidade) do *Nós* e a pequenez (a necessária humilhação) dos *Outros*, quer no passado, quer na contemporaneidade. Surpreendentemente, a análise dos discursos do Ditador que esteve à frente de Portugal desde 1926 a 1968 evidencia uma postura ligeiramente diferente – aqui a exaltação do *Nós* constrói-se sobre o elogio preferencial do passado e o reconhecimento da humildade do presente. Em vez de elevar o povo ao máximo, os discursos mostram ao povo que é ele, em baixo na escala social, que tem valor. A humildade, a pobreza, a caridade – são outras tantas virtudes que constituem o pano de fundo da exaltação da Pátria como valor inatacável, fundado, enraizado nos grandes valores do passado

Lendo com atenção os discursos que Salazar proferiu em público durante os primeiros onze anos da sua presença à frente dos destinos de Portugal, vemos que se baseiam num detalhado programa político,



apoiado naquilo a que podemos chamar uma «retórica da pobreza». Ao mesmo tempo, trata-se de um programa que visava atingir politicamente as classes sociais não directamente visadas – não se cuidava aqui de igualar por cima, mas de nivelar por baixo.

#### Contextualização sócio-histórica

Quando se olha hoje para o consulado de Salazar, parece quase impossível compreender o que se passou para dar um poder absoluto a um homem de aspecto frágil e voz fraca. Sobretudo porque o que Salazar fez estava traçado desde o início da sua vida pública nos discursos que foi proferindo. Com efeito, logo no primeiro discurso que proferiu, em 27 de Abril de 1928, quando tomou posse como Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar disse: «não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido». Esta frieza calculista nunca o abandonou, obedecendo a um caminho que terá traçado antes de aceder a participar no Governo. Foi também neste discurso que ele pronunciou uma das suas frases mais conhecidas: «sei o que quero e para onde vou». Tinha então 39 anos, um brilhante percurso académico como Professor de Economia e Finanças na Universidade de Coimbra, e seguia uma linha de intervenção política de forte militância católica. No seu pensamento, o fervor religioso misturava-se com raízes culturais bem estudadas, entre as quais se pode citar S. Tomás de Aquino, Leão XIII e Aristóteles. O discurso em que prometia cumprir o seu sacrifício pela Pátria de forma fria e serena foi o primeiro passo para se tornar o ditador mais resistente e longevo na Europa do século XX. Só deixaria o poder, como se sabe, após um acidente doméstico em 1968, que lhe provocou um hematoma subdural.

Durante os anos que se seguiram – de 1928 ao início da Ditadura Militar que lhe deu o poder absoluto em 1933 – preparou o seu percurso político com a frieza anteriormente anunciada. Desde as suas primeiras intervenções registadas, sempre registadas (Salazar não gostava do improvisado, e mantinha por isso o hábito de escrever tudo o que dizia em público) assiste-se às fundações pacientemente construídas da sua célebre política corporativista, baseada sobre a família «célula social irreductível, núcleo original da freguesia, da câmara e, conseqüentemente, da Nação» (discurso de 30.07.1930), o que levou a propaganda do regime à consagração da sequência «Deus, Pátria, Família». Ao dar o poder ao chefe de família, ao presidente da junta, ao presidente da câmara e às corporações que representavam «todos os cidadãos», Salazar dava forma ao que acreditava ser o «verdadeiro sistema representativo», e dando-se a si próprio o direito de ser o chefe, o único chefe, desta comunidade nacional.



Eis aqui uma das características do seu modo de fazer as coisas – conhecedor em profundidade de Aristóteles, acreditava, como ele, que «a consideração do verdadeiro e a do verosímil depende de uma única faculdade e, ao mesmo tempo, os homens são naturalmente aptos a receber uma noção *suficiente* da verdade» (Aristóteles, Rhét. Livro 1, Chp. XI; em itálico na tradução francesa). Dominando ao mesmo tempo a retórica cristã – pelos seus estudos no Seminário, e a retórica judiciária – pela sua formação em Direito, Salazar foi um homem que construiu o poder sobre palavras. Da sinceridade e mesmo crueza dos seus primeiros discursos, passou para uma fase mais *populista* – «sou um filho do povo» não era, na sua boca, uma frase dita ao acaso.

## 1 Características retóricas do discurso salazarista

A sua imagem de político cresce ao mesmo tempo que o seu poder. Salazar é *sincero* quando fala às diferentes forças vivas do país. Nos seus discursos, ele apela ao que considera haver de mais fundo na alma portuguesa – os valores da ordem, das contas justas, da fé suprema em Deus, dos laços familiares, do valor da vida, mesmo a mais humilde. Em resumo, de tudo o que os anos complicados da Primeira República tinha destruído. Todas as vezes que manipulava os seus conhecimentos retóricos, embora fazendo-o ao nível do *ethos*, quer dizer, da vontade de manipular, Salazar colocava-se claramente ao nível do *pathos*, ao tornar o público consciente desta manipulação:

Temos todos simpatias, antipatias, desprezos, paixões, talvez ódios, uma cultura, e mentalidades diversas; e mesmo que o governo, fugindo dos extremismos de um extremo e de outro, apele a todos os portugueses de um são patriotismo, procurando juntar em volta de ideias constitucionais razoáveis e justas, é bem verdade que haverá muita gente que não quer ajudar nem a Ditadura nem a sua tentativa de resolução do problema político português. (...) Convidados pelo Governo a suportar a Ditadura para que ela possa acabar de estabelecer as grandes bases de reorganização nacional e preparar o futuro exercício normal dos poderes do Estado, os portugueses que se apressam a oferecer o seu concurso sabendo que cumprem um dever, mas que não adquirem um direito, e que é precisamente com a sua ajuda que o Estado vai deixar se fazer favores a alguns para poder distribuir a justiça por todos.

Esta linguagem pode parecer-vos dura, mas é necessário que todos a compreendam. Porque nós estamos no momento decisivo durante o qual, no momento em que somos procurados por tantos homens de boa vontade, seremos abandonados por muitos dos



que se criam connosco e que agora verificam, com surpresa, que estavam enganados. (discurso de 28.05.28)

No discurso das comemorações do décimo aniversário da revolução de 1926, Salazar deixa claramente o seu ideal sair à luz do dia – evoca a compreensão do povo e a sinceridade do poder como os obreiros da mudança moral do país. O seu discurso, sobretudo a parte consagrada explicitamente ao povo, utiliza topoi considerados ideais pela comunidade a que se dirige. Quer dizer, parafraseando Ducrot, que o enunciador utiliza com o maior à vontade um conjunto de elementos que sabe à partida que funcionam nessas circunstâncias e com esse grupo social. Dominando as palavras, Salazar usa-as intencionalmente, interpretando os seus próprios desejos, que ele acredita serem também os do povo, do qual ele não deixava de recordar que era filho – a necessidade do pão, do vinho, da horta, da paz.

A intensidade dramática que punha nas suas palavras, fazia excitar a piedade e a comunhão conjunta no povo que o escutava. Sabia usar a característica mesquinha do português que inveja o rico e o poderoso, como ninguém, exaltando o humilde, o trabalhador braçal, o retalho de terra conseguido e mantido com o sangue e o suor de cada geração. O discurso de Salazar mostra toda uma arte retórica em fazer crer ao pobre que a sua pobreza é digna. Não é defensor da miséria, porque no mundo ideal dos discursos salazaristas, a miséria existe na alma, não tem nada a ver com as questões de sobrevivência. Repare-se como ele constrói esta ideia de grandeza:

Portugal, Portugal sem mais nada – curso de bacharel ou diploma de emprego público – pouco podia entender das muitas teorias políticas e sociais que aspiravam a partilhar-se o mando. (...). Mas cada qual sentia que de desordem em desordem tudo se afundava, e via nitidamente isto: a mulher e os filhos, a velha casa, o trabalho diário, o campo, a horta, o pinhal. Estes já foram dos pais, já foram dos avós e mesmo de outros avós pelos séculos dentro. Uns após outros desbravaram as terras, cultivaram a vinha e o milho, criaram os filhos, sofreram. A vida é áspera, há desgostos, angústias, privações, injustiças que parece ninguém pode reparar. Um ambiente de carinho porém envolve o lar e uma luz superior ilumina a existência: a velha igreja e o seu adro foram feitas a expensas de todos os vizinhos, com esmolas e trabalho; o cemitério também. Numa parte e noutra há verdadeiramente o suor do rosto, a preocupação de viver, a tradição do sangue, o património moral.



Do fundo das consciências surgem claramente estes imperativos: o trabalho na vida, a propriedade na terra, a virtude na família, a esperança nas almas. (...)

Mas o homem na vida doméstica, no trabalho, na Nação, é obrigado a organizar a sua ordem. Devido ao desequilíbrio do espírito humano, a ordem não é espontânea: é preciso que alguém mande em benefício de todos e que se procure para mandar quem possa mandar melhor. (discurso de 26.05.1936)

Eis Salazar no que ele fazia de melhor. Pegava nos desejos mais profundos do seu povo, dava-lhes voz, fazendo deles a sua própria fonte de inspiração. E quando acreditava ter o seu auditório ali, onde ele o queria, acrescentava o argumento final, de tal forma bem consolidado de antemão pelo seu raciocínio que ninguém o contestava em voz alta. A sua linguagem «consiste apenas em indicar um sentido, em colocar as coisas sob uma determinada perspectiva, em as orientar e em orientar a relação de um locutor com o seu destinatário» (Martins 2004, p.2)

A força persuasiva das suas palavras funda-se, justamente, sobre o facto de que ele utiliza os elementos da sabedoria popular, quer dizer, admitida e compreendida pelo povo, do qual lhe vem a sua presunção de autoridade (cf. Martins 2004, idem) com a qual o orador se dirige ao seu auditório. Com as suas palavras, Salazar mais do que comunicar, age sobre o auditório (recordemos o agir comunicacional de Habermas). Exerce a sua autoridade usando aquela que ele retira do povo. Ao fazê-lo, apela à razão do povo, por intermédio do seu próprio poder. E a evocação final da necessidade de autoridade por detrás da ordem indispensável a todo o momento, por mais insignificante que seja, da vida dos homens, funda-se claramente numa escala de valores hierárquicos, que recordam o argumento do *preferível* do seu mestre retórico Aristóteles. Vejamos o seguinte esquema, aplicado ao antepenúltimo e último parágrafos do texto supra citado de 26.05.36:

Argumento:

Muitos homens comuns → família, casa, terra, comida → os grandes portugueses no início da nacionalidade

Logo:

É necessário garantir às pessoas os seus bens → isto garantirá a Nação

Ou então:



Argumento:

Todos têm necessidade de ordem na sua vida → é preciso haver ordem na família → o chefe da família

Logo:

A Nação é o conjunto de todos → é preciso haver ordem na Nação → o chefe da Nação é o garante da ordem

Como o argumento funciona apenas se o auditório estiver de acordo (cf. Reboul 1991, p. 180), Salazar é muito prudente na forma escolhida para persuadir a sua adesão. Recordemos o texto já citado (de 26.05.36) – as referências aos sacrifícios do homem comum durante a sua vida de trabalho, o detalhe do suor no rosto que conquista pelo argumento do sacrifício os que aí se revêem. E a evocação dos laços de sangue, que permitem o lançamento de outro topos recorrente nos discursos de Salazar – a exaltação dos fundadores e dos consolidadores da Nação. Ao proceder à escolha de uma meia dúzia de heróis, que pelo seu sacrifício elevaram a Pátria aos mais altos palcos da honra no conjunto das nações civilizadas, figuras com as quais voluntariamente se identifica, Salazar deixa o povo perceber o seu perfil enquanto Ditador transformado em Salvador do seu Povo, da sua Nação.

A orientação argumentativa baseada na evocação dos lugares comuns da vida do povo comum como os desgostos, o trabalho dos campos feito pelos antepassados, as angústias, as injustiças (argumento sobretudo presente no espírito de um povo em situação económica e social inferior) traduz as experiências dos valores mais profundos da comunidade, e mostra claramente que Salazar os domina. É justamente esse domínio dos valores por parte de uma comunidade visada que permite que ela própria dê sentido ao que ouve (cf. Meyer, 1998, p. 127) E no caso em análise, estes valores vão tornar-se os tropos-mestres (cf. Meyer, idem) que Salazar vai utilizar enquanto operadores da identidade nacional. Segundo o referido autor, «os chamados tropos-mestres são operadores de identidade aplicados a diferenças crescentes (...) devemos acrescentar lugares-comuns para julgar se ele é tão desejável quanto X» (Meyer 1998, p.127). Reparemos como ele maneja esses tropos nos excertos que a seguir se transcrevem:

Excerto 1.

Quando me ponho a considerar o panorama internacional – a inquietação, a ruína, o empobrecimento dos povos, as lutas internas ou externas, a desordem, (...), quando vejo a vida em crise, a riqueza em crise, a moral em crise: e **depois volto os olhos para a nossa casa sem dúvida modesta mas tranquila, arrumada e**



**digna**, sinto que muitas graças devemos todos à Revolução nacional. (22.03.38)

Excerto 2.

Aquelas qualidades que se revelaram e fixaram e fazem de nós o que somos e não outros; **aquela doçura de sentimentos, aquela modéstia, aquele espírito de humanidade**, tão raro hoje no mundo; aquela parte de espiritualidade que, mau grado tudo o que a combate, inspira ainda a vida portuguesa; **o ânimo sofredor; a valentia sem alardes; (...); tudo isso, que não é material nem lucrativo, constitui traços do carácter nacional**. Se por outro lado contemplamos **a História maravilhosa deste pequeno povo, quase tão pobre hoje como antes de descobrir o mundo (...)** – concluiremos que Portugal vale bem o orgulho de se ser português (27.04.43) (sublinhados meus)

A modéstia tranquila, bem arranjada e digna, a pobreza limpa, sem lamentações, o trabalho dignificante, eis os *topoi* que vão ser utilizados ao longo dos seus discursos. Como já referi anteriormente, Salazar escrevia os seus discursos, não gostando do improvisado. Preferia o trabalho feito com antecedência, pesando cada palavra utilizada. Pouco a pouco, construiu uma imagem positiva da «pequena parte ocidental que a Europa se habituou a olhar com comiseração ou aborrecimento». E pouco a pouco, introduziu nos seus discursos um outro argumento – o ligado à acção missionária do Portugal, ontem e sempre, em casa e fora dela. Começou por dizer docemente: «Fizemos o prodígio de reconstruir a Nação na sua forma tradicional – missionária e civilizadora, cavaleiresca e espiritualista» (discurso de 22.03.38)

Veja-se como a imagem se impõe pelos seus detalhes romanescos – imaginamos facilmente histórias de belos cavaleiros que, com um espírito ainda todo imbuído da missão da cruzada, atravessam os oceanos e descobrem outros povos. E isto não é uma invenção: nessa época eram publicadas colecções para os jovens intituladas «histórias maravilhosas» sobre a vida dos heróis e dos santos portugueses, vendidas a um preço muito acessível.

Assim, o Orador retomava os conhecimentos partilhados com antecedência. E reutiliza-os, ao mesmo tempo que lhes dá um perfil nacionalista por oposição ao exterior. O perigo, ensina Salazar, vem das influências externas, sobretudo se elas são *vermelhas* ou *totalitaristas*. O argumento é velho, sabe-se – *Nós* versus o *Outro* –, mas perante uma ameaça externa, é sempre este argumento o primeiro a vencer. E Salazar sabe-o bem. Com toda a *transparência*, é a vocação do heroísmo da Nação e o seu desprendimento pessoal que ele proclama. A conquista do povo faz-se justamente por esta dimensão dialéctica que ao supor o povo supõe a sua adesão à resposta implícita – o povo, o povo simples, é



o destinatário maior das palavras de Salazar. Enquanto ele estiver tranquilo, o Ditador e o regime podem estar tranquilos. O Ditador transforma-se, pela sua palavra, em cada um dos seus concidadãos. A evocação constante da Nação como interesse superior, juntamente com a evocação quer da sua vontade quer da vontade do povo, leva-o à identificação – ele e a Nação têm um interesse comum.

É então que o investimento na glorificação do passado – como estratégia para revivificar o heroísmo da Nação e da razão de todos os sacrifícios feitos em nome do Império – toma forma, dando origem às comemorações do Oitavo Centenário da Fundação de Portugal, em 1943. Ao mesmo tempo, mostra-se ao povo a evocação das glórias passadas, a calma contemporânea que permite festejar enquanto que pelo mundo grassa a guerra à qual nós fomos poupados, e um conjunto de intervenções viradas para o futuro – anúncio da glória que há-de vir. E entre o passado e o futuro é necessário exaltar o povo, porque é ele que, no momento presente, trabalha, reza ao Senhor com toda a sua Fé, se sacrifica para dignificar a Nação, e encontra ainda forças para cantar na sua pobreza feliz. Não é por acaso que muitas das letras das canções dessa época falem justamente da casa humilde, mas sempre limpa e sempre de porta aberta para partilhar, no mais belo estilo cristão, o pão, o vinho e a sopa, feita justamente com os produtos saídos da horta sob os cuidados da dona da casa, tudo isto com um sorriso verdadeiramente feliz. O célebre fado-canção «Casa portuguesa» popularizado por Amália Rodrigues diz justamente que «basta pouco, pouquinho para alegrar uma existência singela» ...

Por essa altura, a Retórica tinha saído definitivamente das páginas dos discursos. Persuadir o Outro através da construção de uma referência discursiva a que se pudesse ter aceso em qualquer canto, não se podia limitar a uns quantos discursos políticos. Implicados nesta missão, estavam as canções e os livros de histórias maravilhosas; estava, claro, a escola. Mas estavam também os desenhos da propaganda a cobrir os muros, as paredes, os livros de estudo. O antes e o depois da Revolução (de 1926) são sempre o tema aplicado à agricultura, à indústria, aos meios de transporte, etc, etc. Mas, para que o país não se ofusque perante tanta modernidade, Salazar está lá, atento, lembrando nos seus discursos que o exército reconhece o esforço da revolução, representada por ele «como uma árvore plantada pequena, que cresceu e está cheia de ramagens». Um conselho que se completava mais tarde com a receita da fé e da coragem para vencer as más influências, ao mesmo tempo que defendia o uso da propaganda como mecanismo de consolidação dos valores nacionais:

O primeiro [equivoco] é julgar-se que os papéis clandestinos que os soviets pagam e os ingénuos lêem





têm alguma coisa que ver com o verdadeiro estado da consciência nacional. Senhores, não! (...)

E o que se requer para esta acção? Duas qualidades ou virtudes que não se inventam nem pedem emprestadas – ou se têm ou se não têm: fé e coragem.

(...) Fé nos homens cuja obra os acredite, cujo passado os imponha, cujo sacrifício e honra podem dispensar o reconhecimento mas não podem dispensar a justiça.

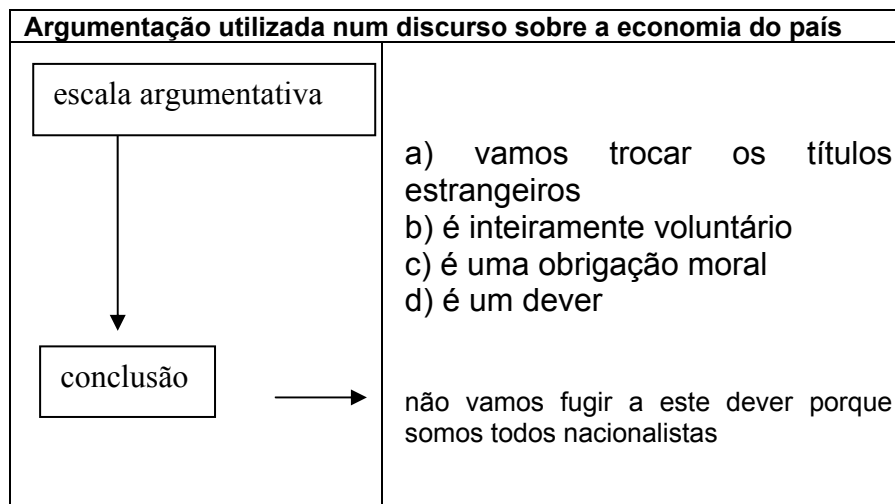
E é precisa também a coragem – a coragem do que se pensa, do que se pretende, do que se realiza. Que importa que as nossas ideias choquem o pensamento cristalizado no espírito de alguns, se é em nome delas que governamos, se para exercê-las somos Poder. (discurso de 26/02/1940)

Repare-se mais uma vez como o autor joga com o *pathos* do seu auditório. Exaltando o sentimento de adesão ao seu pensamento, pode Salazar defender o que é justo para o seu povo. E o que é justo, precisamente, é em primeiro lugar assegurar a subsistência do próprio país. E por isso Salazar se preocupa com os investimentos do seu povo. Num discurso dirigido a um grupo social mais «endinheirado», Salazar desaconselha o investimento em acções de bolsas estrangeiras. O verdadeiro português, o patriota, deve, pelo contrário, comprar com as suas economias os títulos portugueses – os Certificados de Aforro – trocando, se necessário, os títulos estrangeiros. A operação, expressamente apresentada como «inteiramente voluntária» era, no entanto, suficientemente importante para ser o tema principal do discurso do Sr. Presidente do Conselho sobre a Conversão do fundo externo» em 22 de Abril de 1940, que acrescenta a chamada à obrigação moral, e termina pela menção do dever:

A Junta do Crédito Público e todas as secções de finanças do País abrirão amanhã e nos quinze dias seguintes para receber as propostas de conversão. A operação é inteiramente voluntária, isto é, no terreno jurídico não há obrigação de a ela concorrer. As palavras que vim proferir tenderam a mostrar o interesse dos portadores de aceitarem em troca dos seus títulos o novo Consolidado, Tinham ainda outro intento – investigar se, sendo certo e seguro o seu interesse, não haveria para os portugueses obrigação moral de fazê-lo. Eu creio que sim. Não podemos perder nenhuma ocasião de afirmar a vitalidade nacional, de marcar a autonomia nacional nos interesses, nos sentimentos, na política, na administração. Podemos agora fazê-lo com rara extensão: não é no ano das comemorações centenárias que vamos faltar a este dever. (discurso de 22/04/1940, lido aos microfones da Emissora Nacional)



Eis a escala argumentativa utilizada por Salazar neste parágrafo, em que o argumento final se funda nas informações interdiscursivas ligadas a todas as questões patrióticas evocadas pelas comemorações dos oito séculos da existência de Portugal como nação independente:



É também na época das comemorações do oitavo centenário que a exaltação da Fé se encontra mais justificada. Politicamente afastada dos assuntos do Estado, embora presente após o fim da Primeira República essencialmente laica, a Igreja vê-se ligada ao Estado pela acção de Salazar, que soube fazer da Concordata dos anos 30 uma arma ao seu serviço. «Deus, Pátria, Família» tornam-se então mais presentes, na missa e na escola, nas homílias dos padres, nos livros de leitura ou ainda nos discursos do Chefe do Governo.

Eu não sou um ideólogo que visiona utopias, nem de tal pode acusar-se quem é obrigado a viver em cada dia pela inteligência e pelo coração muitos anos do futuro. Leio em grandes dísticos frases soltas, pensamentos extraídos já não sei donde – aspirações de algum dia. Caiu a semente na terra sequiosa e germinou, e viceja, e frutifica na extensa seara que os nossos olhos vêem: à descrença dos pessimistas apresenta-se realidades palpáveis. (1939.02.27)

O fundo cristão dos portugueses encontra-se aqui convidado a activar uma relação interdiscursiva com a «Parábola do Semeador» como suporte para a argumentação de Salazar. As suas palavras, espalhadas pelas paredes em cartazes, pelos livros escolares e de educação popular, e que ensinavam ao povo verdades do tipo «se soubessem como é difícil



ensinar, seriam contentes de obedecer», são para ele como a boa semente, que encontra um bom solo e que se multiplica. Eis uma metáfora cristã que resume o percurso sugerido pelos discursos de Salazar desde 1928 (a sua chegada ao governo) até 1943, a data do VIII Centenário, em que o seu poder estava já estabelecido e aceite pela maioria do povo, incluindo os industriais e os burgueses ricos. Recordemos novamente Meyer:

A metáfora, a metonímia ou a sinédoque são as identidades produzidas sobre o fundo da diferença, mas são mudas acerca da orientação negativa ou positiva que é preciso atribuir-lhes. Daí os lugares-comuns, que são premissas decisivas ou decisicionais. Só os lugares próprios ao assunto tratado, que traduzem o espírito e os valores da comunidade, permitem decidir o sentido. (Meyer 1998, p.127)

E foi justamente esta sabedoria no aproveitar os lugares-comuns da identidade portuguesa que possibilitou a Oliveira Salazar a construção de um percurso político argumentativamente fundado nos discursos que proferiu em público durante os anos da consolidação do seu poder:

## Conclusão

Após a análise apresentada, o percurso argumentativo dos discursos salazaristas durante os anos em apreço pode ser apresentado no seguinte esquema:

<b>Percurso argumentativo dos discursos de Salazar (1928-1943)</b>
O povo é a Nação
Sou um filho do povo, logo, da Nação
Cumpro o meu dever ao serviço do povo, logo, da Nação
A família é a célula fundadora do povo, logo, da Nação.
Toda a família precisa de ter um chefe para organizar os seus assuntos
A nossa Nação é uma família
A nossa Nação precisa de um chefe
Eu sou o mandatário do Chefe da Nação → que na verdade é Deus.

Parafraseando-o – a aceitação do Ditador passou pela construção de uma escala argumentativa ascendente de “Povo” a “Deus”. A



necessidade de haver um representante de “Deus” para governar o “Povo” é apresentada como praticamente inevitável.

Conclui-se, então, como se pode constatar pelos percursos argumentativos dos breves excertos apresentados, que a análise dos discursos de Salazar de 1928 a 1943 nos mostra um programa político de um mestre da retórica que edificou a sua face pública a partir da manipulação dos valores e das crenças de todo um povo. Pouco a pouco, Salazar constrói a sua imagem de probidade, de honestidade e de respeito pela pobreza e pelos valores cristãos. Ao dirigir os seus discursos ao povo sem instrução, ele sabe manipulá-lo de forma a conquistar a sua adesão, fazendo-o acreditar na inevitabilidade de ter um chefe que, neste caso, se construiu como o representante de Deus no seio da Nação.

Abstract: The analysis of Salazar’s public speeches during the first eleven years of his leadership reveals a deliberate agenda to anticipate the reception of his will and to build an appropriate audience. Within a Discourse Analysis’ framework, this paper aims to show how the Dictator works with words to further his political purposes.

Keywords: Argumentation, Discourse Analysis, Rhetoric

## Referências

- ARISTOTES, *Rhétorique*, texte établi et traduit par M. Dufour, Paris : Belles Lettres, 1967
- BARTHES, R. “L’ancienne rhétorique, Aide-Mémoire”, *Communications* 16, 172-229, Paris, Editions du Seuil, 1970.
- DUCROT, O., *Le dire et le dit*, Paris : Minuit, 1984
- MAINGUENEAU, D. *Le discours littéraire*. Paris : Armand Colin, 2004
- MARTINS, M.L., «O ponto de vista argumentativo na comunicação» disponível em: <<http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-moises-lemos-argumentativo.html>> Acesso em 6 julho 2004.
- MEYER, M., *Questions de Rhétorique. Langage, Raison et Séduction*, Paris, LGF, 1993 (trad. portuguesa de António Hall. Lisboa : Edições 70, 1998)
- NOGUEIRA, F., *Salazar*, 6 vols. Lisboa: Civilização, 1980-1986
- REBOUL, O., *Introduction à la rhétorique*, Paris : P.U.F., 1991
- ROSAS, F. et BRITO, J.M.B. (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996
- SALAZAR, A.O., *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra: Coimbra Editora (6 vol.), 1939-1967
- TUSÓN, J., *Los perjuicios lingüísticos*, Barcelona: Octaedro, 2003